10º FEPEG FÓRUM ENSINO · PESQUISA EXTENSÃO · GESTÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
ISSN 1806-549 X

Autor(es): ELIENE SILVEIRA FERREIRA, RICARDO RODRIGUES BACCHI, SAMIRA FERNANDA SIMÃO RIBEIRO

Pobreza e Desigualdade no Brasil e no Estado de Minas Gerais

Resumo

O presente trabalho se propõe a discorrer sobre a pobreza no âmbito brasileiro, mostrando que esta se expressa através de inúmeras formas. Desde a pobreza relativa, que é descrita como sendo uma situação em que o indivíduo detém menos bens quando comparado a outros, podendo estar relacionada à baixa renda e/ou advinda de situações desfavoráveis de poder ou emprego, a pobreza extrema que pode ser explicada como a situação em que o indivíduo possui renda domiciliar *per capita* menor que R$ 50,00 mensais, vivendo em uma situação de pobreza absoluta.
Verificou-se que sua causa é histórica e estrutural, respaldada por um sistema econômico centralizador e excludente.

Palavras-chave: Pobreza; Desigualdade; População.

Introdução

Procurando esclarecer e oferecer uma visão imparcial sobre os temas pobreza e desigualdade, a pesquisa tenta, de maneira sucinta, discorrer sobre os mesmos de maneira clara e objetiva.

No Brasil, nas últimas décadas, tem se intensificado a desigualdade social, fator que acompanha nosso país desde os primórdios da colonização, evoluindo para o que hoje representa um abismo entre pobres e ricos.

O país é indubitavelmente rico. Contudo, apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo, gerado pela má distribuição de recursos. Essa desigualdade tem relação direta com a pobreza.

> A questão da pobreza, como efeito da desigualdade econômica e social, aparece, então, como questão política, já que interfere sobre as condições da justiça redistributiva, os estudos relativos às políticas sociais definidas como espaços institucionais voltados para encaminhar a questão da inserção social, frente ao conflito entre riqueza e distribuição. Essa dimensão orienta um complexo sistema de ações sociais e formas concretas de intervenção do Estado, dando lugar a uma tradição de estudos quantitativos, voltados para a construção de indicadores pelos quais se procura delimitar a grandeza da população a ser atendida pelas políticas públicas, em termos de carência alimentar, acesso aos serviços de educação e saúde, deficiências de infra-estrutura sanitária e de moradia, etc. Presentemente, o debate sobre as políticas sociais tem se centrado sobre a capacidade de financiamento do sistema de previdência e contraposto o tratamento universal das políticas sociais às políticas focalizadas, mitigadoras e temporais no encaminhamento da pobreza. Alguns autores têm demonstrado a insuficiência desse novo paradigma em relação ao tratamento da questão social e as implicações quanto à despolitização da questão social. (Anete Ivo e Ilse Scherer–Warren. 2004, p. 12-13)

O mais agudo problema econômico brasileiro varia em sua conceituação e não obedece a padrões rígidos; variando no tempo e no espaço, contando ainda com graus, desde a pobreza relativa à pobreza extrema. Todavia, de modo geral, pode-se afirmar que o indivíduo em situação de pobreza não consegue manter um dito padrão mínimo de vida, condizente com o padrão contemporâneo de linha ou limite da pobreza.

Segundo o gestor do Observatório de Informações Municipais, François Breamaker, Minas Gerais, em relação ao Rio de Janeiro e São Paulo capitais, possui, comparativamente, arrecadação inferior à média do Sudeste. Minas Gerais se destaca pelas disparidades regionais; existem tanto regiões modernas e dinâmicas, quanto regiões estagnadas e atrasadas, considerando a divisão do estado em 12 mesorregiões. Cada mesorregião apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

ISSN 1806-549 X

No âmbito da saúde, os municípios pólos de Uberlândia, Uberaba e Patos de Minas da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, se destacam. Segundo Lemos, M, em 1999 essa mesorregião era responsável por 10,2 % dos empregos médicos do Estado de Minas Gerais, apenas superada pelas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Zonas da Mata e Sul/Sudeste de Minas. E seus cinco principais municípios se destacam por oferecer mais de cem tipos de serviços de saúde. Contrastando com essa mesorregião promissora, limitamos o olhar para a Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, que são as regiões com mais dificuldades financeiras e pobreza do Estado. 34 municípios contam com um total de 520 estabelecimentos de saúde; destes, 55% estão sob administração direta do serviço público nos diferentes níveis hierárquicos, se destacando Diamantina como o principal articulador de fluxos no âmbito saúde. É um grande desafio para o poder público ainda, expandir as unidades médicas, até as regiões mais remotas e as quais seus moradores tem que se dirigir a outros municípios em viagens cansativas em busca de atendimento.

Material e Métodos

O trabalho foi feito com base em levantamentos bibliográficos, por meio de uma pesquisa qualitativa.

Resultados e discussão

O presente resumo teve como pretensão um estudo crítico e de maior profundidade acerca dos temas pobreza e desigualdade, com reflexos diretos na saúde da população, visto serem assuntos recorrentes e muito discutidos. Contudo, percebe-se que, na maioria das vezes, não ocorre uma análise mais profunda, de forma a apontar suas raízes e possíveis soluções.

Conclusão

Foi feita uma introdução e desenvolvimento abordando a pobreza em diversos aspectos. Os dados apontam que o quadro de desigualdade em que o Brasil está imerso vem de um processo histórico, que desenvolveu um sistema socioeconômico excludente e concentrador, que afeta diretamente nas condições de garantia de acesso à saúde das classes menos favorecidas.

Passamos pelas causas dessa pobreza e miséria do povo brasileiro, e afirmamos que o início dessa desigualdade remonta à época da escravatura, onde negros eram vistos apenas como mercadoria e que, depois de libertos, procurando vida digna nas cidades, foram recebidos com subempregos e se depararam com situações iguais ou piores à da escravidão, formando amontoados e vivendo em ruelas. Esse passado até hoje pesa, visto que a grande maioria dos pobres é negra.

É possível erradicar a pobreza de maneira definitiva com uma reforma tributária e uma melhor distribuição de renda. Mas existem soluções que podem amenizar esse problema, como o aumento do salário mínimo, melhora da remuneração salarial, entre outros. Resta à esfera mais abastada, aliada ao poder público, se comprometer a resolver algo que persiste desde outrora e acarreta tantos problemas.

ISSN 1806-549 X

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente a Deus, que me concedeu saúde, energia e capacidade para realizar as pesquisas necessárias à elaboração deste resumo.

Agradeço, de forma especial, ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e à Escola Estadual Monsenhor Gustavo, que contribuíram, de forma decisiva para a realização deste trabalho.

Referências Bibliográficas

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**.

CODES, Ana Luiza.**Combate à pobreza na América Latina: uma abordagem comparativa. In: SEI. Pobreza e Desigualdade Social**. Salvador: 2003, p. 47-64. (Série estudos e pesquisas 63).

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elain. **RAE-eletrônica**, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

IPEA, **Os determinantes da desigualdade no Brasil. *A Economia Brasileira em Perspectiva*** — *1996*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 421-474, 1996.

ROCHA, Sônia**. Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** Editora FGV, 2003.

SILVA, Abinoã Cunha da; BANDEIRA, Ellen Suenne Ferreira; LOPES, Ester Borges. **POBREZA NO BRASIL: aspectos conceituais**

SOARES, Antonio Mateus De Carvalho. **Pobreza, Figurações Territórios e o processo de construção histórica**, 2011. Salvador:, 2007.

SOARES, Laura Tavares R. **"O desastre social". In: Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 43-93.